

DOCUMENTOS QUE COMUNICAM: O VALOR CULTURAL DO DOCUMENTO POPULAR

Documents communicating: the cultural value of the Popular Document

Jean Camoleze¹
Lidia Eugenia Cavalcante²
Sonia Maria Troitiño Rodriguez³

RESUMO

O presente artigo visa discutir a importância de documentos populares na comunicação e organização cultural de movimentos sociais. Todo documento, além de ser fonte de informação, expressa atividade humana, a qual se encontra inserida em uma organização cultural, em determinado contexto sócio-histórico. À vista disso, a produção documental de movimentos sociais, à semelhança de organizações burocráticas, também segue padrões específicos e tem finalidades definidas. Nesta perspectiva, esta pesquisa busca evidenciar a produção do documento popular e seu valor cultural, perante o protagonismo social das camadas populares organizadas. Para isso, historicizaremos o uso do termo documento popular (dp), enquanto meio de comunicação entre os diferentes movimentos sociais, desde o seu estabelecimento pelo Centro de Documentação Uruguaio – América Latina (Uruguai, 1981), até a sua significação nos dias de hoje. Constatamos que os documentos populares têm valor cultural e exercem ato comunicativo a todo o momento, durante seu ciclo de vida e preservação permanente.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Comunicação. Documentos Populares. Valor Contínuo.

ABSTRACT

This article aims to discuss the importance of popular documents in the communication and cultural organization of social movements. In addition to being a source of information, every document expresses human activity, which is inserted in a cultural

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Campus de Marília. Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC). E-mail: jean.camoleze@unesp.br. ORCID: 0000-0003-2182-1740

² Doutora em Educação (UFC). Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará. E-mail: cavalcantelidiaeugenia@gmail.com. ORCID: 0000-0002-3190-6900

³ Doutora em História Social (USP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Campus de Marília. Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) E-mail: sonia.troitiño@unesp.br. ORCID: 0000-0002-7204-3283

organization, in a given socio-historical context. In view of this, the documentary production of social movements, like bureaucratic organizations, also follows specific patterns and has definite purposes. In this perspective, this research seeks to highlight the production of the popular document and its cultural value, before the social protagonism of the organized popular strata. To this end, we will historicize the use of the term popular document (dp), as a means of communication between different social movements, from its establishment by the Uruguayan Documentation Center - Latin America (Uruguay, 1981), until its significance today. We found that popular documents have cultural value and exercise a communicative act at all times, during their life cycle and permanent preservation.

Keywords: Social Movements. Communication. Popular Documents. Continuous Value.

1 INTRODUÇÃO

A produção documental é realizada dentro de uma estrutura cultural e tem como ponto central o registro que atos que sirvam à operacionalização das rotinas burocráticas de modo a cumprir uma finalidade estipulada pelo seu órgão produtor e, simultaneamente, à memória institucional.

Neste sentido, a produção documental é exercida como primeira atividade na gestão dos documentos, seja em órgãos públicos, entidades privadas ou em movimentos sociais. Portanto, os estudos sobre a produção documental têm como premissa refletir sobre a constituição do documento e sua funcionalidade, conforme os objetivos do órgão produtor. Como destaca Pazin Vitoriano (2011, p. 33),

A produção documental e o arquivo dessas organizações são também reflexos dessa relação. Em função da dupla característica dos documentos que registram o relacionamento de seu produtor, seja ele um indivíduo ou uma entidade, com as instâncias governamentais e com outras instâncias privadas, eles sofrerão influência, em sua criação, das condições e exigências legais existentes.

Sendo assim, a criação do documento não é um ato aleatório, mas o resultado de uma sequência de procedimentos técnicos e intelectuais, a qual irá ajudar a cumprir uma finalidade determinada. Inicialmente, dentro do órgão produtor e, posteriormente, como fonte de pesquisa, a fim de garantir a recuperação da informação e a difusão de informações para a constituição do conhecimento.

No caso dos movimentos sociais, sua produção documental pode gerar registros para auxiliar tanto na organização administrativa, em grande parte expressa em documentos de atividades-meio, quanto os destinados a documentar a formação e integração dos participantes com as direções e coordenações dos movimentos sociais. Esta última expressão da produção documental pode ser classificada como documentos populares, devido à

finalidade de transmitir informações para a educação no próprio movimento e por serem documentos produzidos a partir de estruturas culturais condizentes com a missão assumida por essas organizações.

Movimentos sociais têm uma produção documental ampla e diversificada, ocasionando grande variedade de tipos documentais, para o cumprimento das mais diversas atividades. Com isso, a produção documental, em movimentos sociais, cumpre função essencial para o seu funcionamento, além de manter as memórias e identidades que foram construídas em sua trajetória.

A organicidade típica dos movimentos sociais, no entanto, cria uma dinâmica em vários aspectos, interferindo na registro de atos, nos tipos documentais e na sistematização da organização e da destinação de documentos. Esse fato, muitas vezes, ocorre por conta das propriedades e atributos competentes dessas organizações e pela falta de padronização. Nesse sentido, Lopez (2012, p. 20) explica que,

As organizações do movimento social apresentam características próprias que tendem a se perder se forem tratadas com base em esquemas universalizantes. Tais características também tendem a ser diluídas quando se prioriza o aspecto formal dos documentos. Devemos considerar e discutir os elementos informacionais presentes na produção documental de natureza social e política. Nesse tipo de entidade os documentos, muitas vezes, são produzidos, sem regulamentação, normatização oficial, sem muito controle dos padrões de produção, razão pela qual são de difícil identificação.

A gestão de documentos realizada dentro de uma organização, não constituída como pessoa jurídica ou física, é um desafio a ser enfrentado. A questão do reconhecimento de seus documentos igualmente se coloca, pois cria uma árdua tarefa para a disponibilização, difusão e conservação de seu patrimônio documental. Desta forma, para organizar e nomear os documentos dos movimentos sociais é necessário compreender, de maneira sistematizada, a produção, o uso e a destinação dessa documentação, nos termos colocados por Troitiño (2013), ao destacar a importância do estabelecimento de mecanismos para nomear, reconhecer e denominar documentos. Vale lembrar, portanto, que é sempre necessário estabelecer uma base sólida de critérios para alocar os documentos em seus contextos e formalizar os procedimentos classificatórios, de reconhecimento de documentos, assim como sua definição, respeitando as particularidades e especificidades do Movimento.

É importante destacar que os arquivos estão relacionados às existências que regem as funcionalidades da sociedade, fazendo parte da reflexão sobre a organização cultural. Portanto, se faz necessário entender o valor cultural da documentação popular, presente nos acervos de movimentos sociais, como parte integrante da formação histórica do mundo em que estão inseridos e compreender a produção documental destinada à comunicação e à educação,

principalmente para a classificação desses documentos, a recuperação da informação e a representação das impressões passadas. Nesse sentido, além dos arquivos serem instrumentos essenciais para o funcionamento de uma entidade, também têm utilidade para a compreensão da sociedade na qual se encontram inseridos, ocasionando efeitos para a pesquisa científica, para a herança cultural e para o testemunho social (BELLOTTO, 2014).

2 COMUNICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO CULTURAL E DOCUMENTOS

É possível conceber comunicação como uma das funções essenciais, possível de ser encontrada em documentos populares. A comunicação não está limitada apenas ao ato de transmitir informação, pois é inerente aos fenômenos culturais constituintes da sociedade e dos grupos sociais que a compõem. Isso posto, acompanhamos o pensamento de Caune (2014) ao compreendermos que pode ser problemático entender a função de comunicar dissociada do contexto cultural no qual se insere. Da mesma forma, não é possível analisar os fenômenos culturais, sem os estudos dos processos de comunicação, uma vez que o entendimento sobre as estruturas culturais também se faz imprescindível para as pesquisas a respeito da comunicação.

Neste cenário, a constituição ontológica da sociedade e dos indivíduos é formada por uma interação comunicativa, a qual é mediada por conteúdos programáticos decifrados, transformados e codificados dentro de uma estrutura cultural. Isso implica na necessidade de um sentido cultural, no ato de comunicar e na interação dos condicionamentos socioculturais de ressignificação dos símbolos, que provém da vida em sociedade e atividade comunicativa.

Nesta construção conceitual, comunicação e cultura fazem parte de atos reflexivos construídos socialmente, aludindo na coparticipação ativa dos sujeitos envolvidos, que não apenas recebem a informação, mas a codificam, interpretam e transmitem de maneira dialética. Portanto, comungamos com o pensamento de Freire (1971, p. 44) ao ressaltar que “Todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, que se dá através de signos linguísticos. O mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação”.

Assim, a comunicação se faz criticamente dentro da ação e produção dos sujeitos envolvidos, a qual denominamos como cultura e que consiste em uma “aquisição sistemática da experiência humana” (FREIRE, 1981). Dessa maneira, Caune (2014, p.11) ressalta que “[...] a relação entre cultura e comunicação não pode se sustentar em uma distinção formal e instável”, não sendo possível a compreensão ou a explicação de uma sem a outra.

Nesse sentido, os documentos sempre remetem a uma atividade humana sistematizada, ao mesmo tempo em que fazem parte da transmissão e codificação de informações, pelos heterogêneos canais de comunicação. Em relação aos documentos populares, pode-se perceber uma comunicação

endógena dos movimentos sociais, pois estão interligados ao seu contexto de produção e uso da informação ao buscarem representar os objetivos e as ações dos membros de uma dada coletividade. Entretanto, os documentos produzidos no cerne dos movimentos sociais, também reverberam elementos socioculturais externos ao representarem uma visão do tempo e do espaço ao qual estão inseridos.

Sendo assim, é possível compreender que o ato de comunicar por meio de documentos não pode se limitar apenas ao registro de informações em um determinado suporte. Sobretudo, no que se refere aos seus múltiplos propósitos, caráter espaço-temporal e uso do valor contínuo, respeitando a dinâmica sociocultural na qual foi produzido. Desse modo, como afirma Eastwood (2016, p. 20), “[...] é preciso compreender que os arquivos são criações sociais no sentido de ser um produto da sociedade humana”. E, justamente por isso, estão situados dentro de uma condição de espaço/tempo e organização cultural. Ademais, os documentos podem ter valor contínuo, o que reforça os seus usos transacionais, comprobatórios e de memória, além de estarem inseridos nos processos dialéticos da comunicação e contexto cultural nos quais foram produzidos e utilizados.

No que se refere ao documento popular, entende-se que ele sempre está comunicando, seja no pensar de sua produção ou como evidência da atividade a qual espelha. Nesse contexto, os documentos se constituem por signos e, desse modo, correspondem a suportes mediadores da comunicação, por meio das informações que carregam e da interação com os receptores. Assim, demonstram sua importância, ao corresponderem a uma ação prioritariamente humana, o que possibilita, segundo Freire (1971, p. 46), “[...] um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”.

3 DOCUMENTO POPULAR

Em texto publicado pelo Centro de Documentação Uruguaio - América Latina, em 1981, a documentação produzida por movimentos sociais foi denominada “documentos populares”. O material foi produzido com base nas resoluções da Consulta Latino Americana de Documentação e Comunicação Popular (1979), na exposição de Alfredo Paiva no IX Congresso da UCBC em São Paulo (1980) com o título "Metodologia para a Documentação da Comunicação Popular"; e do artigo "Documentação", da Parte II do folheto "Comunicação Popular", Teoria e Prática, nº 2, do Centro de Comunicação Popular do Panamá (CECOP), agosto, 1979.

A produção e o fomento à produção documental surgem como opção e ampliação dos modos de comunicação na América Latina. Em 1980, o Relatório MacBride (UNESCO, 1987) revelou grande disparidade no fluxo informacional entre os grupos com maior aquisição financeira e as camadas populares da sociedade. Esta distinção não estava limitada apenas aos países ricos e pobres,

mas também podia ser percebida em regiões do mesmo país. Segundo Otre (2015), o relatório aponta para uma comunicação mais democrática na qual o indivíduo não seja mero receptor, e sim agente ativo nos processos de comunicação. Neste contexto, a profusão da documentação popular encontra espaço para sua expansão e difusão dentro dos movimentos populares.

Dessa forma, podemos compreender que a documentação popular tem sua gestação em momento específico, como explica Rocha (1994, p.8) ao afirmar que,

A documentação popular foi um movimento que emergiu fora do espaço institucional da biblioteconomia e dos centros de documentação. Consolidando-se à margem e fora do âmbito de ação dos profissionais da área, tornou-se uma prática com um enfoque clara e assumidamente político, a favor das classes populares, e a documentação foram considerados um instrumento fundamental para a mudança social.

No Brasil, o texto referente à produção de documentação popular foi traduzido e publicado pelo Centro Pastoral Vergueiro (CPV) em 1982, com o título “Definição e o conteúdo da Documentação Popular”, que, posteriormente, lançaria uma série intitulada “Série Documentação”, cujo objetivo seria enfatizar a importância do papel e do trabalho da documentação produzida pelos movimentos sociais bem como difundir a produção de conhecimento elaborada na América Latina sobre o tema nesse período.

Na edição de número dois da Série Documentação (CENTRO POPULAR VERGUEIRO, 1985, p. 3), é publicado que,

A documentação não é uma atividade em si, dotada de uma finalidade que se esgota em si mesma; mas é uma atividade instrumental, ora a serviço de uma tarefa global de educação popular entendida como um processo de tomada de consciência, de organização e ação dos Setores populares e oprimidos, ora a serviço de uma prática de caráter eclesial ou pastoral, ou sócio-política e econômica, libertadora, com relação as atuais estruturas de injustiça e opressão.

Desse modo, entende-se que, nas publicações referentes aos documentos populares, havia a compreensão de que essa documentação fazia parte das relações e signos culturais da sociedade e que os atos comunicativos implícitos nos documentos também são elementos de serviços da difusão cultural e de prática educativa.

Ainda, conforme o texto publicado pelo Centro de Documentação Uruguaio – América Latina (1982, p.2), o documento popular é um instrumento de mudança social, o qual ajuda no processo de educação popular, proporcionando aos setores populares, informação. Destarte, é possível perceber que o documento popular explicitado tem como foco a formação

dos movimentos sociais, que não ocorrem pelas estruturas determinadas, mas por um processo histórico composto de saberes, informação e organização cultural, transmitidos pelas vivências e experiências coletivas.

Em vista disso, é necessário compreender que movimentos sociais se constituem de maneira ativa e consciente, como algo que acontece nas relações humanas, criando experiências que formam cultura e comunicação, por meio das tradições, dos valores e das ideias. Corroborando com Thompson (1987, p. 10), a partir deste fato, entende-se que “[...] os fins são escolhidos pela nossa cultura, que nos proporciona, ao mesmo tempo, nosso próprio meio de escolher e de influenciar nessas escolhas.”

Logo, os documentos populares são objetivados “[...] como um dos instrumentos cotidianos que os setores populares têm a seu alcance para dinamizar suas lutas” (CPV, 1985), implicando, portanto, em sua produção. Uma maneira, portanto, de apoiar os setores, populares a progredirem na tarefa de documentar sua própria prática e possibilitar a acumulação de experiências, permitindo sua utilização posterior, com a finalidade de comunicar aprendizagem social e política a outros grupos populares. Além de exercer, também, a finalidade de capacitar os atores sociais, a fim de que os grupos populares saibam documentar-se para enriquecerem suas práticas sociais.

Sendo assim, pode-se conceber que a produção desses documentos se justifica “[...] pela necessidade que sempre tiveram as comunidades humanas, desde antiguidade, de registrar, em suportes inteligíveis, as suas normas, ações, transações, deveres etc. de modo a preservar o testemunho”, como afirma Bellotto (2014, p.132), além de colaborarem posteriormente para os estudos da historiografia social e na composição da identidade coletiva dos movimentos sociais.

Outrossim, a concepção dos documentos populares se dá em decorrência de uma criação cultural dentro dos movimentos sociais, não se restringindo à produção material. Envolve os modos de organização, comunicação e difusão das informações, criando experiências e vivências, conforme explica Marx no livro “O Capital”, ao referenciar a formação do proletariado, o que nos permite refletir sobre os movimentos sociais:

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e outro polo pessoas que nada tem para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-nas a vender voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais, evidentes. (MARX, 1983, p. 73).

Nessa perspectiva, as experiências, as vivências e as organizações culturais se tornam fundamentais para a compreensão dos movimentos sociais e sua produção documental. Uma vez que a composição desses acervos ocorre

em lugares e tempos distintos e acumula diferentes conhecimentos e saberes, promovendo a mediação cultural entre os indivíduos e a coletividade. Por sua vez, a mediação propicia ao movimento social e a seus militantes uma ação protagonista, não apenas como receptores das informações contidas no documento, mas também como produtores do processo informativo e construção do conhecimento. Nesse sentido, as orientações para a produção documental fornecidas pelo Centro de Documentação Uruguaio (1982), no âmbito dos movimentos populares, salientam a importância de que toda informação produzida deve ser recolhida, ordenada e processada, de modo a garantir a representatividade dos atores no movimento.

Nos princípios metodológicos indicados no material intitulado "Metodologia para a Documentação da Comunicação Popular" produzido pelo Centro de Documentação Uruguaio (1982), entre os elementos intrínsecos básicos estão destacados o protagonismo do movimento social na produção documental, a contradição social como tema prioritário a documentar, a fonte dos trabalhos de documentação e a manutenção da perspectiva da classe em relação à produção documental. À vista disso, os documentos produzidos por movimentos sociais são construídos com base em uma lógica que respeita a sua organização cultural, o tempo e o espaço no qual estão presentes.

A metodologia proposta, dessa forma, respeita as características de cada movimento social e sua organização cultural. Consequentemente, não podemos afirmar que todos os elementos da produção documental dos movimentos são iguais, mas sim que contêm semelhanças, ao ressaltar o protagonismo presente em suas ações, enquanto agentes históricos e de transformação social.

Por fim, sobre os princípios metodológicos apresentados pelo Centro de Documentação do Uruguai, compreendemos que a técnica da documentar deve manter a perspectiva de classe, ou seja, os documentos precisam se comunicar com a base popular, utilizando-se de características próprias e respeitando as particularidades dos movimentos sociais. Com isso, o documento popular comunica, a partir do meio ao qual está inserido e colabora para sua organização cultural.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões apresentadas neste estudo, podemos inferir que os documentos produzidos pelos movimentos sociais são registros de suas atividades e do funcionamento ideológico, social, político e cultural do movimento.

A produção documental do Movimento, porém, também tem importante significado na constituição social e compõe os elementos representativos da história do país. Ademais, essa documentação assume, nos movimentos sociais, um papel instrumental para romper o cerceamento da liberdade, garantir o exercício pleno da cidadania e dar voz aos grupos subalternos, através da formação, da informação e da comunicação. Portanto, mesmo

esses arquivos não sendo considerados oficiais ou produzidos e arquivados dentro de uma instituição juridicamente constituída, possuem grande expressividade, especialmente para os grupos que se veem neles representados. Além disso, esses documentos também podem expressar visões plurais, diferentes daquelas institucionais ou midiáticas, compondo mais elementos para a compreensão das próprias experiências do movimento e das conjunturas nas quais estão inseridos.

Sendo assim, os documentos populares seguem uma lógica, desde sua produção até a destinação, realizando o ato comunicativo para com os movimentos sociais e as camadas populares da sociedade. A forma de pensar os modos de produção e os elementos intrínsecos ao documento popular são práticas culturais constituídas em determinado tempo e espaço. Além disso, se configuram como representatividade do protagonismo dos atores dos movimentos sociais e uma percepção crítica da realidade e das relações entre sujeito e sociedade, compondo um processo dialético na formação sociocultural.

Mesmo a designação “documento popular” não sendo utilizada de modo usual na organização arquivística, a expressão representa documentos rotineiramente presentes em acervos de movimentos sociais, custodiados por centros de memórias, centros de documentação e em arquivos públicos e privados. Por isso, a necessidade de pensar sua produção e seu valor cultural, de maneira sistemática, a fim de garantir a recuperação dessas informações e a compreensão do contexto de sua produção.

A possibilidade, portanto, de refletir sobre a produção desses registros, seus elementos constituintes e características permite compreender a produção de documentos, para além daqueles existentes em arquivos institucionais, públicos ou privados. Da mesma forma, promove a acessibilidade aos acervos constituídos paralelamente aos sistemas reconhecidos como oficiais. Com efeito, colabora para a compreensão da história e da sociedade em que vivemos. Documentos populares não apenas informam e formam os movimentos sociais, carregam consigo uma construção cultural do meio onde são produzidos, podendo ser considerados como mecanismo para a transformação social.

REFERÊNCIAS

- BELLOTTO, H. L.. *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
- CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: Secretaria da Cultura, 1996.
- CAUNE, J.. *Cultura e Comunicação – convergências teóricas e lugares de mediação*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.
- CENTRO POPULAR VERGUEIRO. *Definição e conteúdo da Documentação Popular*. São Paulo – SP: CPV, 1982.
- CENTRO POPULAR VERGUEIRO. *Discutindo Documentação*. Série 2. São

Paulo: CPV, 1985.

EASTWOOD, T.. Um domínio contestado: a natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística. In: EASTWOOD, Terry; MacNEIL, Heather (org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Trad. Anderson Bastos Martins. Revisão técnica de Heloísa Liberalli Bellotto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p.19-45 .

FREIRE, P.. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P.. *Ação Cultural para a liberdade*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LOPEZ, A. Identificação de tipologias documentais em acervos dos trabalhadores. In *Arquivos do mundo dos trabalhadores: coletânea do 2o Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: memória e resistência*. Marques, A. J. e Stampa, I. T.,(org.) – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012. p. 15 – 32.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (v. 1, tomo 1).

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (Brasil). Arquivo Nacional (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro - RJ: Publicações Técnicas, 2005. 232 p.

PAZIN-VITORIANO, M. C. C.. *Obrigação, controle e memória: aspectos legais, técnicos e culturais da produção documental de organizações privadas*. 2012. 355 f. Tese (Doutorado em História Social) – (–) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2012.

THOMPSON, E. P.. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1.

TROITIÑO, S. . A Tipologia Documental como Instrumento para a Seriação de Documentos. In: *Estudos avançados em Arquivologia*. VALENTIM M. L. P. (ORG.) Marília.: Oficina Universitária: São Paulo.: Cultura. Acadêmica, 2012. p. 243 – 258.

ROCHA, M. M. O. Documentação popular: considerações teóricas. *Inf. Soc.: Est. João Pessoa*, v.4, n.2, p.1-16, 1994.

SARLO, B.. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

UNESCO. *Um mundo, muitas vozes (Relatório MacBride)*. Rio de Janeiro: FGV, 1983.